

Resiliência e mobilização

Alexandra Ozorio de Almeida | DIRETORA DE REDAÇÃO

Foi destaque na imprensa a repatriação do fóssil de dinossauro da espécie *Ubirajara jubatus*, retirado ilegalmente do Nordeste em 1995. Nos últimos anos, a Unesco tem discutido parâmetros éticos para o mercado de bens culturais, buscando definições consensuais sobre a comercialização de objetos com valor histórico.

Em maio, o Brasil passou a integrar o Comitê Subsidiário da Convenção de 1970 da Unesco, o principal instrumento jurídico internacional para o combate ao tráfico de bens culturais. Dono de um rico acervo, como fósseis, objetos sacros, livros e documentos antigos, o país tem avançado na preservação de seu patrimônio. Recentemente, elaborou uma Lista Vermelha de objetos com maior risco de comércio ilegal (*página 78*).

A mais recente edição dos Indicadores Nacionais de Ciência, Tecnologia e Inovação, lançada em maio com dados atualizados para 2020 ou 2021, mostra uma retração nos investimentos em P&D.

Os recursos aplicados por um país em P&D são uma medida de seu esforço para estimular dimensões fundamentais do seu desenvolvimento. Contemplam atividades de pesquisa básica e aplicada, a formação de pesquisadores e a criação de novos produtos e processos.

Na comparação de 2020 com 2019, os investimentos federais aumentaram, os aplicados em P&D pelos estados permaneceram estáveis e os recursos privados reduziram, em magnitude que ainda está em avaliação (*página 26*). No Brasil, a produção científica e tecnológica está muito associada a instituições públicas – que inclusive ocupam o topo do ranking de patentes, algo que não se vê na maioria dos países mais ricos. Mas a produção de conhecimento dentro de empresas ou em parceria com o setor público é essencial

para o avanço tecnológico, econômico e social de um país e retroalimenta a atividade científica.

As políticas públicas são fundamentais para induzir e orientar o desenvolvimento de um país, o que requer avaliações e estudos. Livro recém-lançado pelo Ipea analisa a reconfiguração de diversas políticas públicas brasileiras desde 2016. Algumas atividades, como saúde e cultura, apresentaram maior resiliência que outras, como meio ambiente e direitos indígenas (*página 34*).

Com o objetivo de mobilizar o governo para a criação de uma estratégia de ação nacional para enfrentar a demência como crescente problema de saúde pública, pesquisadores preparam um abrangente relatório, conta o editor Ricardo Zorzetto na reportagem de capa desta edição (*página 12*).

O avanço da demência atinge a maior parte dos países, com o aumento da longevidade da população. Mas são os países de baixa e média renda que mais demandam políticas para o enfrentamento dessa enfermidade, cuja forma prevalente é a doença de Alzheimer. Entre outros fatores, o nível educacional está diretamente relacionado à saúde do cérebro – o letramento promove uma alteração anatômica e funcional do órgão. O treinamento de profissionais da saúde no diagnóstico da demência pode evitar ou adiar novos casos.

A crônica falta de doadores de órgãos é objeto de campanhas e reportagens na mídia. Um obstáculo menos conhecido é a recusa do órgão pelas equipes de transplantes. Estudo feito por técnicos do Ministério da Saúde mostra que 63% dos órgãos sólidos (fígado, rim, pâncreas, coração, pulmão) são recusados; desse total, 59% dos órgãos não são aceitos por condições clínicas dos doadores (*página 30*).